

Reflexões sobre as lavouras de tabaco na perspectiva do desenvolvimento sustentável

Paulo Ricardo Zilio Abdala¹
Agnes Nogueira Gossenheimer²

Resumo

Este artigo é fruto de uma pesquisa acadêmica realizada durante a coleta de dados para uma pesquisa institucional sobre as condições de trabalho dos produtores de tabaco do Brasil. O objetivo deste artigo é analisar as crenças e atitudes dos produtores de fumo, tendo como pano de fundo analítico o desenvolvimento sustentável e as questões envolvendo a relação produtiva entre homem e natureza. Os resultados são construídos a partir da perspectiva da qualidade de vida dos seres humanos, incluindo não só aspectos econômicos e socioculturais, mas também ambientais (Dias, 2009). A coleta de dados do estudo foi realizada por método qualitativo a partir de entrevistas e questionários comentados. Os resultados apontam para uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento rural na agricultura familiar do sul do Brasil. A maioria das famílias visitadas afirmou que plantava tabaco por falta de alternativas com a mesma viabilidade, tendo uma relação contraditória com esta atividade. Analisando pelo ponto de vista econômico, o cultivo do tabaco é a melhor opção; entretanto, se considerarmos a ótica da sustentabilidade, existem problemas em termos sociais e ambientais, fato demonstrado pelas histórias de dificuldades de saúde dos agricultores por causa da aplicação de agrotóxicos.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Lavoura de tabaco. Agricultura familiar.

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Aluno do curso de Doutorado em Administração da UFRGS. pauloabdala@hotmail.com

² Aluna do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciências Farmacêuticas da UFRGS. ag.far@hotmail.com

Abstract

This article is the result of an academic research carried out during the data collection for an institutional research on the working conditions of tobacco farmers in Brazil. The aim of this paper is to analyze the beliefs and attitudes of tobacco producers, within the theoretical framework of sustainable development and issues involving the productive relationship between men and nature. The results are built from the perspective of quality of life of human beings, including not only economic and sociocultural aspects as well as environmental (Dias, 2009). Data collection was performed by a qualitative method, combining in-depth interviews and commented survey application. The results point to a discussion about the rural development model in the family farm in southern Brazil. Most of the families visited said that tobacco is planted by the lack of viable alternatives, showing a contradictory relationship with this activity. Analyzing the economic point of view, the cultivation of tobacco is the best option, however, if we consider the perspective of sustainability, there are problems in social and environmental terms, a fact demonstrated by the stories of health difficulties for farmers due to pesticide application.

Keywords: Sustainable development. Tobacco plantation. Family farming.

Este artigo é fruto de uma pesquisa acadêmica realizada durante a coleta de dados para uma pesquisa institucional sobre as condições de trabalho dos produtores de tabaco do Brasil,³ na qual foram entrevistadas mais de 100 famílias ao longo de 20 dias em 31 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Foi durante este campo que o estudo aqui registrado foi realizado, aproveitando a oportunidade de contato com os produtores. O objetivo desta pesquisa é analisar as crenças e atitudes dos produtores de fumo, tendo como base de análise o tripé do desenvolvimento sustentável e suas três dimensões: social, econômica e ambiental. Estas análises desdobram-se nas questões que envolvem a relação produtiva entre homem e natureza, incluindo trabalho, economia, educação, infância e meio ambiente.

Fazendo um parêntese, com relação às questões de estética, como é o conteúdo que determina a forma, levando em consideração o método e o objetivo da pesquisa realizada, o estilo narrativo será na primeira pessoa do plural, uma alusão à participação ativa no campo por parte dos pesquisadores. O objetivo de tal método narrativo é colocar o leitor dentro do campo de pesquisa, algo comum nos estudos antropológicos. Como afirma Laplatine (1994, p. 174), o estudo antropológico leva o pesquisador “a procurar formas narrativas (romanescas, poéticas e, mais recentemente, cinematográficas) capazes de expressar e transmitir o mais exatamente possível essa experiência”. Como o artigo trata sobre uma cultura – cultura de plantadores de tabaco – com um conjunto de significados próprios e compartilhados, a antropologia encontra-se próxima, justificando o estilo.

³ Pesquisa institucional realizada entre os meses de julho e outubro de 2009 pelo Centro de Estudos e Pesquisa em Administração (Cepa), encomendada pelo Sinditabaco e Afubra, com o objetivo de descrever as condições de trabalho nas lavouras de tabaco da Região Sul do Brasil. Essa pesquisa, voltada para o público interno das instituições, investigou questões referentes à saúde e segurança do trabalhador rural na lavoura de tabaco, bem como questões referentes às condições de vida das famílias dos produtores rurais. Os dois autores deste artigo participaram da pesquisa; o primeiro como coordenador e o segundo como entrevistador de campo.

Fechando parêntese voltamos aos fatos. Durante os 20 dias de contato com praticamente uma centena de produtores de tabaco e suas famílias, entramos em um mundo complexo e diversificado, cheio de contrastes e nuances sutis. A vida no campo não é simples, apesar de às vezes ser simplória. Após conhecermos pessoas que têm suas propriedades divididas por apenas uma rua de terra, e, no entanto, habitam mundos diferentes, percebemos que o campo, assim como a cidade, apresenta múltiplas facetas e realidades coabitando em um mesmo espaço social e cultural.

A própria existência de diferentes civilizações rurais com costumes, instrumentos e cultura diferenciada é a prova da heterogeneidade existente no campo. Willians (1989) ressalta essa heterogeneidade quando assevera que a realidade histórica “é surpreendentemente variada”. Para o autor, a vida campestre “engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais”, e a organização varia “da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e *plantations* às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais” (Willians, 1989, p. 11). Mesmo dentro de uma mesma cultura como a do tabaco observamos uma heterogeneidade, mais evidente entre as diferentes regiões do Estado e os variados portes das propriedades.

Apesar destas disparidades características da estrutura agrícola brasileira, traço marcante de nosso processo de desenvolvimento (Furtado, 1968), percebemos que no fundo a maioria daquelas pessoas compartilha os mesmos valores, crenças e atitudes a respeito da vida, do trabalho e do meio ambiente; pessoas que batalham no campo plantando tabaco para obter uma renda garantida, a despeito de todos os problemas de saúde causados pelos pesticidas; pessoas que cultivam alimentos para ter o que pôr sobre a mesa todos os dias e que, apesar de toda a dificuldade de uma vida resumida basicamente em trabalho e descanso (quase sempre mais trabalho que descanso), ainda conseguem responder uma pesquisa para um estranho de maneira simpática.

Os resultados deste estudo apontam as contradições presentes na cultura de tabaco no Rio Grande do Sul, típicas do capitalismo como sistema econômico amoral (Comte-Sponville, 2005). Enquanto as lavouras oferecem um sustento e uma garantia econômica para as famílias, trazem variados problemas de ordem social e ambiental, preço pago pela falta de melhores opções.

Revisão Bibliográfica

Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

A atividade de esgotamento dos recursos naturais para obter insumos para a fabricação de bens de consumo teve sua aceleração a partir da modernidade com o avanço das indústrias. O marco nesse processo foi a Revolução Industrial do século 19, a partir da qual houve um crescimento exponencial responsável por catástrofes com repercussão local, regional e global (DIAS, 2009). A consequência disso pode ser notada pelos diversos problemas ambientais vivenciados no planeta, como o efeito estufa, a degradação de solos, a escassez de recursos, a poluição das águas, etc.

A partir do final do século 20, uma nova visão de desenvolvimento para todos os setores das atividades humanas veio à tona. Neste paradigma, o progresso teria como base a qualidade de vida dos seres humanos, incluindo não só aspectos econômicos e socioculturais, mas também ambientais, formando, assim, o tripé do desenvolvimento sustentável (Dias, 2009).

O termo desenvolvimento sustentável surgiu na conferência de Estocolmo, em 1972, como *abordagem do ecodesenvolvimento*, sendo nomeado desta forma posteriormente. Seu alcance depende de três critérios fundamentais e simultâneos que são: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica (Sachs, 1993). Já o conceito de sustentabilidade, de acordo com o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) e pelo *World Wildlife Fund* (WWF), caracteriza-se como um processo ou estado que se

mantêm indefinidamente. É perceptível em meio à literatura a respeito do assunto os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade tratados como sinônimos (Dias, 2009).

Em âmbito empresarial, a sustentabilidade econômica prevê que as empresas precisam ser economicamente viáveis, ou seja, dar retorno sobre o investimento aplicado. Na esfera social, elas devem proporcionar melhores condições de vida aos seus trabalhadores, considerar a diversidade cultural e dar oportunidade aos deficientes. Sob o ponto de vista ambiental, a organização deve aderir aos princípios da ecoeficiência para adequar seus processos, produtos e serviços, e buscar o desenvolvimento de uma cultura ambiental organizacional e de responsabilidade ambiental. O mais importante na abordagem das três dimensões da sustentabilidade é o equilíbrio dinâmico, necessário e permanente (Dias, 2009).

Na dimensão da sustentabilidade ambiental, vários setores da sociedade têm se organizado atualmente em sua defesa, cobrando do governo, organizações e sociedade, posturas ambientalmente corretas. Autores como Henriques e Sadorsky (1996) e Hall (2006), argumentam que as empresas, muitas vezes, mudam de políticas ambientais em resposta à pressão a partir de fontes como a defesa do ambiente, grupos de consumidores, entidades reguladoras e outras partes interessadas. Esta pressão também pode ser desencadeada por percepção ou expectativa (Hall, 2006). É importante notar que nem todas as empresas estão expostas aos mesmos tipos de pressão ou na mesma medida. Essa discussão tem enfatizado a importância dos *stakeholders*, definidos por Freeman (1984, p. 46) como “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da organização”. Henriques e Sadorsky (1996) identificaram quatro grupos:

- Regulamentação – define regras ou tem a capacidade de convencer os governos a estabelecer normas. Isso inclui os governos, associações comerciais, redes informais e os concorrentes.

- Stakeholders organizacionais – que estão diretamente relacionados a uma organização e podem ter um impacto financeiro direto para a empresa. Isso inclui clientes, funcionários e acionistas.
- Grupos comunitários, organizações ambientais, e outros *lobbies* potenciais que podem mobilizar a opinião pública a favor ou contra As políticas ambientais de uma empresa.
- A mídia, que tem a capacidade de influenciar a percepção da sociedade a respeito de uma empresa, seja ela pertencente a qualquer segmento.

A Vida no Campo e a Ruralidade

Com relação à vida no campo, pesquisas em países centrais têm demonstrado dois fatos relevantes: a rápida adaptação do agricultor familiar ao processo de modernização, com técnicas avançadas e a contribuição da cultura do agricultor familiar (*farming culture*) na formulação de respostas à crise do modelo produtivista, e a pluriatividade. Nessa linha, Pongratz (1990), ao analisar a situação da agricultura na antiga Alemanha Ocidental, chama a atenção para a capacidade da cultura camponesa tradicional em formular saídas para a crise econômica e do ecossistema, provocadas pelas medidas modernizadoras. Suas afirmações, baseadas em pesquisas antropológicas, são instigantes justamente por se tratar de um país que, consensualmente, teria concluído o processo de industrialização do campo. Elementos tradicionais da chamada “*farming culture*” não só persistiram, como estão firmemente ancorados em largas camadas da população rural, até mesmo em pessoas empregadas em modernas empresas industriais (Pongratz, 1990).

Rompendo com o paradigma que iguala a cultura camponesa ao “tradicional”, “passivo” e “oposto à mudança”, Pongratz (1990) propõe pensar a integração da “*farming culture*” à sociedade industrial moderna sem que isto resulte num processo simples de aculturação. Em suma, a manutenção de tradições culturais (as quais designa de camponesas) não

seria incompatível com a modernização da sociedade que deve ser encarada apenas como uma nova fase, com novos objetivos, que pode incluir o que anteriormente era tido como “tradicional” e “atrasado”. Isso é observado quando nos deparamos com famílias que passam o conhecimento de plantio para os integrantes mais novos e estes estão estudando e se preparando para administrar os negócios da família, acompanhando o desenvolvimento da indústria que lhes é complementar.

De fato, atualmente o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. Como já foi observado, é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de sujeitos residentes no campo exercendo atividades não agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento (Graziano da Silva, 1996).

Esse fenômeno – a pluriatividade -, ainda que antigo, adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a atenção para a possibilidade de novas formas de organização da produção se desenvolverem no campo, ou de antigas práticas assumirem novos significados. Sem querer reduzir a compreensão desse fenômeno ainda pouco estudado à tendência ao desaparecimento do agricultor em tempo integral ou a mais uma forma de exploração da mão de obra rural, devemos atentar para o fato de estarmos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante.

Nesse processo de integração plural do campo à economia e à sociedade global, está presente tanto a possibilidade de o núcleo rural sucumbir às pressões e interesses externos, mais potentes, quanto a possibilidade de se consolidar a identidade local, o que contribui também para perfazer a identidade urbana dentro ou fora da mesma localidade. Não se trata, portanto, de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais, mas da sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes

econômicos, culturais e sociais. Como diz Rambaud (1969), “os habitantes do campo realizam inovações agrárias, turísticas, culturais, lhes permitindo se adaptar às necessidades econômicas domesticando as técnicas a sua disposição sem colocar em causa a profundidade de sua lógica de existência e o sistema de valores” (Rambaud, 1969, p. 273).

O que se observa em uma pequena parcela do campo pode ser entendido como um processo de ruralidade, pois, segundo Gediel (2006, p. 14), a “ruralidade pode ser vista como um processo dinâmico de reestruturação de elementos culturais locais, com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”, ou seja, os jovens estão recebendo o conhecimento necessário para permanecer na atividade agrícola (perenidade) incorporando novos conceitos. A noção de ruralidade pode ser pensada como um conjunto de categorias simbólicas ou visão do mundo que orienta práticas sociais distintas em ambientes culturais heterogêneos, Sendo considerada um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos das culturas locais com base na incorporação de novos conhecimentos.

Para Abramovay (1997), o dinamismo da agricultura familiar contemporânea não depende de características supostamente “culturais” dos agricultores, mas de três fatores básicos: 1) a base material com que produzem (área, fertilidade das terras); 2) a formação dos agricultores, e 3) o ambiente socioeconômico em que atuam (mercados, crédito, informação, assistência técnica, escola, saúde, etc.).

Lavouras de Tabaco

As lavouras de tabaco no Brasil são responsáveis pelo sustento de mais de um milhão de pessoas, com um total de 2,5 milhões de empregados em toda cadeia produtiva. Estima-se que no Brasil existam cerca de 719 municípios produtores com 138.150 propriedades nas quais distribuem-se

185.160 famílias. Apesar de todas as recentes restrições ao fumo, a produção brasileira duplicou nos últimos 20 anos, atingindo um volume de 687.180 toneladas no ano de 2009 (Afubra, 2010).

O conhecimento do plantio de fumo está passando de geração em geração, porém a evolução de técnicas modernas e busca por alternativas de negócios não estão acompanhando este processo. Embora hoje exista uma campanha de erradicação do trabalho infantil promovido pelas companhias de tabaco, grande parte dos agricultores familiares que cultivam tabaco não tem condições financeiras de contratar mão de obra, de forma que se torna inviável garantir o sustento da família se os filhos não participarem do trabalho. Sendo assim, acredita-se que o trabalho infantil na lavoura do fumo só poderá ser erradicado com uma melhor remuneração dos agricultores, de forma que possam contratar serviços temporários sempre que necessário e assim garantir o sustento e a qualidade de vida de sua família (Deser, 2003).

É importante ressaltar como é a relação de trabalho entre as indústrias de cigarro e os produtores de fumo. Atualmente a fumicultura é integrada ao complexo agroindustrial do fumo, composto basicamente por empresas transnacionais que operam com a produção, processamento, beneficiamento e comercialização do fumo em folha e de seus derivados. Essas empresas se articulam com os fumicultores em todas as fases da produção agrícola e na sua organização financeira (Deser, 2003). O vínculo entre produtor e capital é estabelecido pelo Sistema Integrado de Produção do Fumo (SIPF).

Nesse contexto, os fumicultores são obrigados a utilizar tecnologia, sementes, fertilizantes e pesticidas fornecidos pelos técnicos da companhia de tabaco e a assumirem os custos dos insumos e infraestrutura exigidos (a construção de fornos de tijolos para a cura e os custos do reflorestamento para a reposição da madeira, como a lenha para os fornos). No RS, por exemplo, na cidade de Santa Cruz do Sul, não existem fornecedores de sementes de tabaco ou de suprimentos relativos a esse tipo de cultivo. Todo o material é fornecido pela companhia de tabaco contratante (Erdmann; Pinheiro, 1998).

Estudo conduzido por Vogt (1994) mostrou que, enquanto os vínculos de subordinação entre produtores e capital mercantil não eram estabelecidos pelo SIPF, a fumicultura utilizava adubos orgânicos e a quantidade de tabaco produzida era definida pelos próprios fumicultores. Na medida em que as grandes transnacionais começaram a se instalar no país, a autonomia findou-se e a produção passou a usar defensivos e fertilizantes químicos, estufas de fumo e assistência técnica.

A atual estratégia organizacional tem permitido que a indústria do tabaco se mantenha conectada com a produção agrícola e exerça um absoluto controle sobre o processo de produção de tabaco e as atividades dos fumicultores. Ao mesmo tempo, tem evitado todas as responsabilidades de uma relação formal empregador-empregado.

Embora seja, atualmente, uma das poucas alternativas para os pequenos produtores descapitalizados, a fumicultura tem sido questionada quanto às reais possibilidades de promover melhorias na qualidade de vida, principalmente devido ao uso excessivo de agrotóxicos, ao grande esforço físico exigido no manejo da cultura, especialmente no período de colheita, e à elevada demanda de mão de obra em determinadas épocas do ano (Agostinnetto et al., 1998). Uma das principais causas de insatisfação e de busca por alternativas entre os fumicultores refere-se à percepção que possuem dos riscos a que se submetem devido à possibilidade de intoxicação.

Estudos realizados nas regiões fumicultoras do Brasil têm demonstrado uma forte associação entre o aparecimento de problemas de saúde em agricultores e cultivo de tabaco, gerados pelo uso de agrotóxicos e pelas condições de trabalho que influenciam negativamente o estado biopsíquico dos fumicultores e de suas famílias (Falk et al., 1996; Erdmann; Pinheiro, 1998; Etges, 2000; Fialho, 2000). Outra característica observada durante a pesquisa e que já fora relatada em estudos sobre fumicultura é o baixo nível de escolaridade dos produtores, que se constitui como um dos fatores contributivos para o aumento dos riscos de intoxicação por agrotóxicos devido à

maior dificuldade de leitura, o que interfere na interpretação do rótulo dos produtos, e à menor conscientização dos riscos de exposição aos mesmos (Almeida; Soares, 1992).

Pelo lado do consumo, nas últimas décadas os não fumantes iniciaram um movimento contrário ao tabaco, campanha que se estendeu gradativamente à imposição de limitações na comercialização, uso em espaços públicos e atividades publicitárias. Para os antitabagistas radicais, não adiantou evidenciar que o tabaco representa fonte de riqueza nos locais onde é plantado. O preconceito com produtores de tabaco é crescente, e o combate de ONGs contra as indústrias de cigarro só tende a aumentar, mesmo estas alegando que nenhuma outra cultura mantém-se de tal modo determinada a reduzir o uso de agrotóxicos, com o manejo e com a aplicação desses produtos e até com seu armazenamento. Muitas vezes quem sofre com este preconceito é o pequeno produtor que se sente discriminado e em constante dualidade. (Costa, 1996).

A contrapropaganda do cigarro é outro drama vivenciado pelos produtores de tabaco nas críticas ambientalistas e no noticiário antitabagista que se globaliza. É evidente o aumento do preconceito com produtores de fumo à medida que há mobilização dos cidadãos, de parte da mídia, de cientistas, dos órgãos de saúde pública e do poder judicial, dando origem a um dilema de uma cultura que sustenta diretamente no Brasil cerca de 1 milhão de pessoas (Anuário..., 2009) e ao mesmo tempo, pode causar tantos danos ao homem e ao meio ambiente (Boeira, 2002).

Método de pesquisa

Esta pesquisa foi realizada durante o campo para um estudo institucional sobre as condições de trabalho na lavoura de tabaco no Sul do Brasil. Os autores deste artigo participaram da coleta de dados, a qual consistia na aplicação de um questionário estruturado com 80 questões para 100 famílias plantadoras de tabaco em 31 municípios do Estado. Mesmo sendo

uma pesquisa quantitativa, esta experiência oportunizou contatos informais com os trabalhadores, seja em comentários às questões efetuadas, seja em conversas antes e depois da entrevista, quando esperávamos pelo retorno do carro para seguir para a próxima propriedade.

Abordagem similar já foi documentada no trabalho de Galasinski e Kozłowska (2010), no qual foi demonstrado o potencial da técnica combinada entre a aplicação de um questionário estruturado e os comentários feitos pelos informantes durante sua resposta. Para os autores, dentro de um paradigma interpretativo, o questionário não pode ser visto como um mecanismo neutro para coletar visões e opiniões, mas sim como uma forma de interação. Neste caso, os questionários funcionam como estímulos para narrativas coletadas, considerando que “a conversa espontânea durante a aplicação de um questionário não deve ser rejeitada como irrelevante ou insignificante para o pesquisador. Ela é, como argumentamos, parte do pacote de dados coletado pelo questionário” (Galasinski; Kozłowska, 2010, p. 280).

Ademais, foram realizadas 8 entrevistas em profundidade filmadas com alguns produtores selecionados por conveniência, escolhidos levando em consideração a disposição para responder às perguntas e a desenvoltura apresentada nas respostas ao questionário. Também foram feitas 4 entrevistas em profundidade com especialistas (dois supervisores de empresas de tabaco, um juiz da infância e adolescência e um representante da Emater), realizadas em função da fase qualitativa da pesquisa institucional.

As entrevistas qualitativas seguiram as recomendações de Rapley (2004), para quem os entrevistadores não necessitam de muitas instruções morais ou detalhes técnicos sobre como conduzi-las. Em suas diretrizes para entrevistas qualitativas, o autor sugere que “se deve analisar o que de fato ocorreu – como a interação produziu a trajetória da conversa, como versões específicas da realidade são co-construídas e como identidades, discursos e narrativas específicos são produzidos” (Rapley, 2004, p. 16).

Para Rapley (2004), os dados coletados nas entrevistas são encarados como reflexo de uma realidade construída conjuntamente entre o entrevistador e o entrevistado. Por isso, imbuídos de um caráter fenomênico, os pesquisadores não utilizaram roteiros ou esquemas para observação, apenas compreendendo o fenômeno como ele se apresentou. Os dados levantados por esta abordagem formaram um corpo de impressões e entendimentos que foram analisados coetaneamente à elaboração do referencial teórico proposto, levando à construção do argumento proposto neste artigo.

O estudo foi realizado entre agosto e setembro de 2009 quando do início da fase qualitativa da pesquisa institucional nas cidades de Camaquã e Santa Maria, Rio Grande do Sul. O mesmo se intensificou durante a coleta quantitativa, iniciada também em Camaquã, posteriormente passando para a base de Santa Cruz do Sul onde nos deslocamos diariamente para pequenas localidades, como Venâncio Aires, Arvorezinha, Candelária, Vale do Sol, entre outras.

Passaremos agora a analisar as lavouras de tabaco pela perspectiva dos três pilares do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Análise dos resultados

Dimensão econômica: trabalho e renda

Para começar, gostaríamos de resgatar nosso primeiro contato com os produtores de tabaco na fase exploratória da pesquisa institucional, para a qual realizamos algumas entrevistas em profundidade. Na primeira delas, num dia quente, conhecemos o senhor Roberto (todos os nomes foram alterados por respeito e preservação do anonimato dos informantes), sujeito calmo, residente em uma boa casa, de fala solta e bem-articulada. Entre uma cuia e outra de chimarrão, aprendemos as primeiras coisas sobre a vida dos fumicultores. Ficamos sabendo que a lavoura de tabaco é a grande ativida-

de econômica da agricultura familiar na Região Sul do Brasil, garantindo o sustento de cidades inteiras (Anuário..., 2009). A cultura de grãos e a criação de animais para produção também fazem parte das rotinas nas propriedades, comprovando a existência de uma pluriatividade que, entretanto, serve apenas como atividade complementar de renda ou para fins de subsistência (Pongratz, 1990). “O que dá dinheiro mesmo é o tabaco” foi uma frase repetidamente escutada durante o estudo.

Nas pequenas propriedades, invariavelmente, é a lavoura de fumo que permite que a família atinja um nível um pouco melhor de vida, proporcionando educação aos filhos e acesso aos bens de consumo que, por sua vez, permitem certo grau de inserção social. Hoje, somente as grandes fazendas atingem ganhos de escala e tem capacidade de investimento para plantar grãos e outros tipos de cultivo mecanizados. Some-se a isso o fato de que no sistema produtivo integrado do tabaco há garantia de compra da produção por parte das indústrias no final do ciclo de plantio e seguro contra perda da produção por desastre natural, e tem-se um panorama amplamente favorável para o estabelecimento e O crescimento das lavouras de tabaco como atividade mais importante da agricultura familiar no Sul do Brasil.

Estes fatos evidenciam o grau de controle exercido pelas empresas de tabaco nas regiões nas quais se inserem, corroborando com o panorama apresentado por Vogt (1994) há 18 anos. Esse quadro fica evidente nas palavras de seu Roberto: “aqui tem muito produtor com pouca terra, não tem grandes propriedades, se não fosse o fumo como ia ser? Nada dá mais retorno pra gente em um pequeno espaço do que plantar fumo”.

Outra questão importante envolvendo as atitudes ante o trabalho reside na transferência cultural e familiar dos conhecimentos de geração para geração. O trabalho está, de muitas formas, entrelaçado com as demais atividades da família, fazendo parte do cotidiano da casa e ocupando grande espaço no dia a dia. Muitos destes agricultores são filhos de agricultores, que, por vezes, também foram filhos de outros agricultores. Assim, os segredos

e técnicas do plantio do tabaco vêm passando de pai para filho desde muito cedo. Como diz outro produtor: “aprendi com meu pai desde que tinha uns 10 anos o trabalho. É assim, passa tudo de família para família”.

É bom lembrar que a proibição do trabalho de menores de 18 anos na lavoura de tabaco era uma das questões-chave presentes na entrevista para a pesquisa institucional. A impressão que ficou é que o olhar do “homem da cidade” sobre o trabalho infantil no campo é, muitas vezes, distorcido pela imagem construída pela mídia sobre o tema. Se o “homem da cidade” trocar de lentes, as substituindo pelas lentes do olhar “do homem do campo”, poderá criar um deslocamento de seu pensar e compreender, como fomos levados a fazer ao longo deste estudo.

No campo, a realidade do trabalho infantil não tem a mesma conotação que nos grandes centros urbanos. Os filhos pequenos acompanham os pais até a lavoura e ficam com eles. Não existe a possibilidade financeira de contratar uma babá, e as mães, por força da necessidade, tem de ir para a lavoura ajudar em certas épocas do ano. Como poucas escolas oferecem turno integral, não restam alternativas para os pais senão levar seus filhos para o campo nos turnos em que não estão em aula.

Enquanto as crianças crescem e se desenvolvem, vão aprendendo pequenas atividades leves e condizentes com a idade. Praticamente todos com quem conversamos, salvo raras exceções que não se pode afirmar se foram opiniões legítimas ou medo de uma possível represália, são absolutamente desfavoráveis ao rigor das leis contra o trabalho infantil nas lavouras de fumo, com a condição de que as crianças mantenham-se nas escolas. Incluem-se na lista que corrobora esta posição, representantes de órgãos oficiais como federações, sindicatos e até mesmo um juiz da infância e da adolescência que tivemos oportunidade de entrevistar.

O argumento principal desta postura crítica parte da ideia de que o trabalho no campo tem uma função de aprendizado de valores (dinheiro, trabalho, esforço), além de ocupar o tempo ocioso dos filhos (reduzindo

preocupações com drogas e violência) e unir a família em torno de seu sustento (garantindo também a sucessão nas terras). Apesar disso, a Afubra oficialmente combate o trabalho infantil, forçando as empresas a controlarem os produtores, fruto da pressão do Estado e da opinião pública que tem um histórico de denúncias, como a feita pelo Ministério Público em 2008 depois de reportagem do programa Fantástico (Canal Rural, 2008).

Convém ressaltar ser ponto comum entre todas as pessoas entrevistadas, que o trabalho executado por crianças e adolescentes seja condizente com suas idades e capacidade de desenvolvimento, como afirmou um senhor que planta fumo há 40 anos: “trabalho infantil para mim deve ser trabalho leve, algumas responsabilidades para a criança aprender a valorizar o que tem, né...”. Já outro senhor, com cerca de 80 anos, nos contou que começou a capinar na roça com 7 anos. Disse que a vida naqueles tempos era muito mais difícil, oferecendo poucas alternativas aos pais. Logo depois conhecemos seu neto, um menino sorridente e brincalhão de 9 anos de idade. De acordo com a avó, o menino está sempre pedindo para ir à lavoura com os pais (o que pudemos comprovar pessoalmente depois) porque ele gosta de ficar por lá brincando ao lado deles, ajudando, levando água e executando outras pequenas tarefas. Percebia-se que o menino, na verdade, sentia orgulho de estar participando das atividades da família. Como então culpar estes pais obrigando-os a manter seus filhos até 18 anos afastados da lavoura de fumo? Como diz um produtor: “não poder trabalhar com menos de 18 anos? Isso é uma besteira, acho que não tem problema nenhum em ajudar a varrer o armazém, ou a mexer no fumo seco, por exemplo, a partir de uns 14 anos. Com 18 anos já é um adulto, aí, se nunca trabalhou na vida, o que vai fazer?”

De fato, esta perspectiva sobre o trabalho como ferramenta de transmissão de valores, aprendizados e orgulho familiar parece ter se perdido em meio ao asfalto. Seria necessário conhecer melhor os pontos de vista dos

envolvidos antes de qualquer julgamento. Como a própria expressão “ponto de vista” demonstra, a interpretação de um fenômeno sempre depende de onde está situado o observador.

Se o trabalho infantil é um assunto polêmico e contraditório, outro tema bastante comum nas observações de campo, por sua vez, é unânime, e diz respeito à dificuldade do trabalho pesado executado ao ar livre. Dependendo da época no ciclo de produção, os agricultores são obrigados a manter sua rotina na lavoura, muitas vezes sob condições climáticas extremas, enfrentando chuvas, ventos e sol intenso, sob pena de terem fortes prejuízos se deixarem o tempo passar, fato que vai ao encontro do que foi narrado por Agostinetti et al. (1998).

Outro ponto que chama a atenção é a jornada de trabalho, pois não há hora para começar ou parar. O fumo, por ser um tipo de cultivo dividido em etapas ao longo do tempo, apresenta épocas mais e menos intensas de trabalho. Durante a colheita, alguns afirmaram trabalhar até 10, 12 horas seguidas, de segunda a sábado. Pior ainda é o período de secagem do fumo nos fornos, nos quais durante até cinco dias alguém tem de estar constantemente acordado 24 horas por dia para cuidar do fogo. Este é um trabalho cansativo e bastante meticuloso, pois a qualidade final do fumo, que determina seu preço de venda, depende diretamente de uma série de fatores, sendo um deles a correta temperatura de secagem. Além disso, existe um perigo causado pela possibilidade de incêndios decorrentes da má conservação e utilização dos fornos, motivos pelos quais há sempre uma pessoa de vigília.

Como se todas as dificuldades mencionadas não bastassem, há ainda um último e importante fator externo a ser considerado: as intempéries do tempo. Um dos maiores inimigos da lavoura de tabaco, depois das pestes, é a tempestade de granizo. As pedras, ou mesmo gotas muito pesadas, podem danificar as folhas, furando-as e causando prejuízos que vão desde a redução do preço de venda do tabaco até a perda total da produção. No caso de perda total, os produtores podem replantar (refinanciando tudo novamente), ou deixar tudo como está, pois o seguro da Afubra desonera os produtores das

obrigações financeiras assumidas junto as empresas produtoras de fumo no caso de perda total da produção. É claro que isso ajuda, porém não acaba com o problema. Um ano inteiro de trabalho sem nenhum tipo de remuneração é, no mínimo, uma frustração e um problema econômico grave para a família.

A característica do ciclo anual de cultivo faz com que muitos agricultores tenham somente um recebimento anual quando da venda do tabaco, trabalhando com crédito no restante do ano, contando com o próximo pagamento (para comprar no armazém, por exemplo). Sendo assim, no caso da ocorrência de um desastre climático, o seguro cobre apenas uma parte do prejuízo, pois, neste caso, somente os gastos com matéria-prima são ressarcidos, o trabalho não. Justifica-se assim o temor pelas tempestades, um assunto comum e observado muitas vezes ao longo das entrevistas.

Durante a pesquisa, pegamos alguns dias de chuva severa em que os agricultores ficavam em casa; muitos rezando para que a água não virasse granizo, danificando as plantas de fumo. Isto tende a se tornar um problema cada vez maior, uma vez que na América do Sul, “devido ao aumento da temperatura nas camadas atmosféricas próximas à superfície, esta irá reter mais vapor d’água, o que poderá provocar uma ‘aceleração’ do ciclo hidrológico, possivelmente aumentando a ocorrência de extremos como tempestades severas” (Nobre, 2001, p. 243).

Como pode-se observar, o trabalho no campo não é fácil, entretanto tem suas compensações, atingindo certo grau de sustentabilidade econômica. A vida é um constante ciclo de escolhas e renúncias. Como exemplo, apresentamos um produtor de meia idade, próximo de 40 anos, que nos narrou sua aventura na cidade. Disse que abandonou o campo por cinco anos, nos quais trabalhou no chão de fábrica de uma indústria. “Foi o período mais infeliz de minha vida”, disse ele com convicção; “assim que juntei um dinheiro voltei correndo para o campo. O trabalho, apesar de ser mais duro fisicamente, é muito melhor, pois aqui me sinto livre. Fora a qualidade de vida que nem se compara.” Mais uma vez, tudo é uma questão de ponto de vista.

Dimensão social: infância e educação

O tema crianças, quando relacionado à vida no campo, adquire contornos polêmicos. As ideias sobre exploração, trabalho infantil e final precoce da infância são as primeiras que surgem na consciência, impulsionadas pela força do agendamento midiático. A fotografia raramente é um retrato fidedigno da imagem original.

Em geral, as crianças que conhecemos durante a pesquisa são quase como crianças de outros tempos. Na simplicidade de uma vida sem luxos de consumo, a maioria brinca solta pela rua correndo livres. Poucas casas têm computadores ou videogames, mas todas têm sonhos.

Com relação à educação, algumas questões importantes surgiram. Primeiro, em algumas localidades há uma dificuldade de ter acesso às escolas. As grandes distâncias das estradas vicinais são empecilhos em regiões nas quais a prefeitura não oferece transporte gratuito. Em alguns casos o transporte é oferecido somente para o Ensino Fundamental e alguns pais são obrigados a retirar os filhos da escola no Ensino Médio por não terem condições de pagar a condução. Em outros, as crianças caminham quilômetros de distância até o ponto de ônibus mais próximo. Existem, entretanto, também municípios que oferecem boas condições de locomoção e buscam as crianças na porta de casa.

Sobre a questão da educação formal no campo, os pais demonstram insatisfação quanto à maneira como são conduzidos os currículos escolares. De acordo com eles, as crianças não são incentivadas em momento algum a se identificar com as questões do campo, o que as afasta da vontade de seguir as tradições e negócios da família. Na prática, além de algumas matérias no currículo escolar voltadas para a administração agrícola, os pais reivindicam maior envolvimento dos professores com a realidade dos alunos, trazendo exemplos pertinentes à vida deles, demonstrando para as crianças o valor da atividade agrícola para o país.

A educação no campo é vista com importância nos círculos que discutem a educação rural, com diversas vozes, como afirma Ribeiro (2002), clamando por uma proposta de Educação Básica no campo que seja democrática, aproximando escola e trabalho, realidade e teoria.

Desta falta de identificação com o campo por parte das gerações mais novas emerge outro ponto crucial, o conflito de gerações. Enquanto os pais não pensam em sair do campo, seus filhos sonham cada vez mais com a vida na cidade. Este desinteresse dos mais novos pela sucessão familiar é apontado como um dos problemas crônicos da pequena agricultura na atualidade (Graziano da Silva, 1997). Pode-se elencar uma série de fatores como causa deste fenômeno, desde as dificuldades da vida no campo até a falta de costume pela labuta, ocasionada pela imposição da idade mínima de 18 anos para trabalhar na lavoura.

O fato é que, por ser a agricultura familiar dependente, essencialmente, de mão de obra familiar, a saída dos filhos do campo traz mais dificuldades para o sustento. Aparentemente, o campo e suas mazelas, quando comparado com os filmes e novelas que invadem a casa pela televisão, não são tão atraentes para essa nova geração. Percebemos que os mais novos utilizam com frequência a palavra sacrifício para se referir à atividade rural, assim como receio, medo do futuro, do que está por vir, das transformações do clima e do aumento progressivo dos problemas.

Claro que não se pode generalizar. Muitos ainda têm interesse em permanecer no campo. Dois adolescentes relataram que gostavam de trabalhar na lavoura porque podiam ganhar muito mais dinheiro do que em qualquer outra atividade, considerando suas idades. Um deles tinha uma moto nova e estava vestido com uma camisa de futebol de um time Inglês. De fato, seguir o negócio da família é algo que não acontece somente em zonas urbanas. “Eu trabalho com o fumo desde que me conheço por gente. Meu pai me ensinou desde cedo”, afirmou um dos entrevistados durante uma das visitas.

O longo e cansativo processo da produção de fumo exige dedicação e mão de obra que, no caso dos pequenos produtores, é a mão de obra familiar. O aprendizado se torna parte da cultura local, que é transmitida de geração em geração. Desta forma, como já foi mencionado, é comum que, no turno inverso da escola, os filhos de pequenos produtores ajudem nas atividades. As opções de trabalho na cidade são variadas. No campo, não há alternativas. “Tenho medo que ele vá para a cidade e fique desamparado”, desabafou um senhor quando falávamos sobre as perspectivas profissionais de seus filhos.

Existem também exemplos bem-sucedidos de jovens que deixaram o campo. Em certo dia, já estava quase noite e estávamos ainda sem comer desde o café da manhã no hotel, porque todos os estabelecimentos comerciais da estrada eram pontos de dose⁴, bares sem nenhum tipo de comida (comer fora é incomum em muitas dessas localidades). Para realizar a última entrevista fomos até uma casa de material muito bem construída, onde moravam dois idosos, e suas duas filhas mais jovens. As duas filhas, que agora cuidavam dos negócios, estavam na Expointer (feira de agronegócios tradicional no Rio Grande do Sul), e os dois idosos que ainda ajudam na lavoura, concederam a entrevista.

Reparamos que culturalmente eles eram diferentes. Sabiam falar bem, tinham consciência da importância da educação formal, e não tinham medo de multas (o medo que o entrevistador fosse um potencial fiscal de algum órgão oficial foi corriqueiro na pesquisa). Um ponto que chamou a atenção foi o fato de eles utilizarem o dialeto alemão nos diálogos entre os dois, mostrando que este artifício é usado como uma forma de proteção contra estranhos e também para demonstrarem suas raízes. Seu Rui não quer mais continuar no campo. Ele afirmou que gostaria muito de ir para a cidade, como suas duas filhas mais velhas que cursaram a universidade e hoje estão

⁴ Manciraado como são conhecidos nestas regiões os bares simples de beira de estrada.

empregadas e casadas. O foco destes senhores sempre foi proporcionar para as filhas tudo que eles não tiveram, e, aparentemente, as meninas souberam aproveitar as oportunidades.

Dramas da Vida no Campo

Alguns desses trabalhadores não carregam somente marcas de uma vida sofrida no corpo e no rosto, mas também as levam na alma. Quando fomos até a casa da dona Norma, nos deparamos com uma mulher que mandava na casa, sem dentes, muito alta, grande e grosseira. O seu marido era muito pacato e estava capinando na frente de casa, lá permanecendo. Eles moravam muito, mas muito longe da estrada principal, numa baixada. Primeiramente ela estava bem resistente à entrevista porque desconfiava que poderíamos ser do Conselho Tutelar, e, até convencê-la do contrário, ela foi arredia, respondendo duramente enquanto nos vigiava com o canto do olho.

A casa era escura, tinha o teto baixo, muitos buracos nas paredes e as moscas deixavam o ambiente insalubre. Então nos deparamos com um dos dramas do campo: o da brutalidade. Quando ela viu que as perguntas não eram de fiscais, baixou a guarda e nos contou que teve problemas com outra mulher na festa da igreja. Ela havia batido na vizinha e estava sendo processada. Disse também que o Conselho Tutelar estava sempre lhe visitando e ameaçando lhe tirar os filhos por faltarem muito à escola. Realmente essa dificuldade era real. A estrada era repleta de buracos e os meninos se queixaram de dor de cabeça por balançarem no caminho para a escola. Os agricultores têm muitas queixas, mas não têm condições de reivindicar isso para o município; em contrapartida, são cobrados e multados por muitos órgãos reguladores.

Os dramas, no entanto, não param por aí. Em outro dia chuvoso, visitando uma casa simples para fazer uma entrevista, lá, muito longe da civilização, enquanto o cheiro de comida saía das panelas e o programa esportivo do meio-

dia mostrava os milionários jogadores de futebol na televisão, conversamos com uma senhora bastante lúcida, porém com um semblante muito triste. Não recordamos seu nome, mas quando perguntamos a ela quantos filhos tinha, nos informou que eram dois, mas agora só restava um, pois o outro havia acabado de falecer deixando uma criança pequena (ela apontou para um menino de camiseta verde brincando de carrinho na sala). Ele havia padecido de uma doença fulminante sem que ninguém descobrisse a causa ou a cura.

Nesse momento, o cheiro de tristeza sobrepunha o cheiro de feijão. Desconversamos e continuamos a entrevista, ainda consternados. Ao final do questionário, tivemos de esperar o motorista voltar e permanecemos ali na sala com eles e a televisão, uma vez que na rua a chuva e o vento frio não estavam convidativos. Iniciamos, então, uma conversa sobre tragédias climáticas e política, e ela contou com detalhes como um partido havia prometido na última eleição levar água encanada até aquela localidade, inclusive tendo colocado parte dos canos durante a campanha, para, depois de se eleger com o voto de todos que moravam ali, abandonar solenemente a obra.

Para piorar, disse ela, tinha uma vizinha paraplégica que morava sozinha com a filha de 13 anos. Todos os dias a menina caminhava três quilômetros até o poço artesiano mais próximo para levar água para casa. Uma cena no mínimo lamentável de se imaginar. Ficamos o resto do tempo em silêncio, olhando para a televisão, mas com os pensamentos distantes, tentando esconder nosso estado de espírito. Os próximos minutos pareceram levar horas e, quando o carro chegou, nos despedimos e fomos embora com uma grande sensação de injustiça. Por que a vida tem de ser tão difícil para alguns.

Dimensão ambiental: saúde e meio ambiente

As histórias de vidas difíceis, construídas em condições pouco favoráveis, multiplicaram-se ao longo da viagem. Os dramas da vida no campo são, em grande parte, de origens parecidas, apesar de serem protagonizados por personagens diferentes.

A falta de conforto, o trabalho árduo e o baixo grau de instrução, aliados à pouca infraestrutura de localidades distantes, cria um cenário propício para que surjam problemas de saúde dos mais variados. Normalmente as pessoas mais velhas demonstram no seu corpo as marcas de uma vida dura, seja nas mãos calejadas pela enxada, na pele enrugada pelo sol ou nas costas curvadas pelo roçado. O tempo é implacável e a falta de informação parece acelerar o destino das pessoas.

A questão da saúde está diretamente relacionada à problemática do meio ambiente nas lavouras de tabaco. O que as une é o uso dos agrotóxicos (Erdmann; Pinheiro, 1998). Olhando pelos dois lados da questão, a indústria de tabaco oferece proteção (EPIs), fornece treinamento para manuseio dos pesticidas e exige o cumprimento das medidas básicas de segurança, como armazenamento dos agrotóxicos em local separado e apropriado, utilização dos equipamentos de segurança e limites de idade para aplicação (nem jovens, nem idosos podem). Por outro lado, no entanto, o que se percebe na prática é que a desinformação dos produtores, aliada ao despreparo e à irresponsabilidade de alguns, traz grandes dificuldades de saúde. Ouvimos muitos casos de pessoas que tiveram doenças graves e problemas dos mais variados por conta de intoxicação.

Só para passar uma ideia da periculosidade dos agrotóxicos usados, em um dia com uma leve garoa tivemos de caminhar em meio a uma lavoura para entrevistar um senhor que estava trabalhando. Ele nos disse que havia aplicado agrotóxico no dia anterior. Após cerca de 30 minutos de entrevista retornamos ao carro e um dos entrevistadores começou a se sentir mal, com dor de cabeça e enjoo. Esta sensação durou praticamente umas três horas, possivelmente sinal de uma leve intoxicação.

Durante a pesquisa foram inúmeros os relatos de desmaios, tonturas e perda da fome em casos de intoxicação mais leve, indo até hospitalizações em casos mais severos. Um triste exemplo de uma família específica que conhecemos: eram dois irmãos, com suas esposas e filhos, mais o avô, resi-

dindo no mesmo terreno, distante de tudo e todos no final de uma pequena estrada vicinal no alto de um morro. A casa humilde e a expressão de dor nos rostos logo chamaram a atenção.

Enquanto a entrevista prosseguia fomos entendendo melhor o que se passava. Havia chovido bastante na noite anterior, e eles temiam a ocorrência de perdas graves na produção pela danificação de folhas. Um dos irmãos nos contou, então, que já tinha sido hospitalizado três vezes por causa da aplicação dos venenos. Em uma delas, a mais grave, havia aplicado agrotóxicos sem luvas com um corte na mão, caindo no chão no meio da lavoura sem forças para gritar por socorro. “Foi Deus quem mandou meu irmão passar por ali minutos depois, senão teria morrido”, disse o homem com uma voz carregada. Ficou hospitalizado por uma semana até voltar a movimentar os braços.

Na realidade, ao ouvir estórias assim, fica difícil determinar até onde vai a imprudência e inicia o risco real e eminente da atividade. Houve muitos relatos dramáticos como esse, porém tantos outros exaltando como a atividade era segura quando executada da maneira correta (conforme as empresas instruem os produtores). O que parece possível supor é que quanto mais humilde e menos instruída é a família, tanto maior são as chances de haver casos de intoxicação, como concluíram Almeida e Soares (1992).

O que encontramos no campo não foi nada diferente da literatura da área. Ao voltar para a revisão bibliográfica, encontram-se nas pesquisas de Falk et al. (1996), Erdmann e Pinheiro (1998), Boeira (2002), Etges (2000) e Fialho (2000), só para citar alguns, a mesma problemática. De fato, é impossível abordar profundamente o tema do cultivo de tabaco sem questionar os impactos na saúde e no meio ambiente causado pelas lavouras.²

Outro ponto importante diz respeito à utilização de mata nativa nos fornos para secagem do fumo, fato negado por praticamente todos os entrevistados. Poucas pessoas admitiram esta prática com medo de represálias do Ibama, entretanto, ao entrar no interior dessas localidades, é comum encon-

trar enormes clareiras no meio da mata nativa, nas encostas dos morros, em áreas sem habitação, evidência da derrubada de árvores para utilizar como lenha. As empresas da cadeia do tabaco têm programas de reflorestamento, porém, na prática, muitos produtores preferem a facilidade de derrubar árvores.

Considerações finais

Marcos e Luciana nasceram e cresceram no campo. Filhos de fumicultores, aprenderam muito cedo as técnicas do plantio de tabaco. Seus pais sempre diziam que o homem conhece os verdadeiros valores da vida pelo trabalho e que a maior herança que poderiam deixar para seus filhos era a educação e os ensinamentos sobre o trabalho no campo.

Marcos e Luciana são apenas personagens de uma história baseada nas tantas outras que a pesquisa com os produtores de tabaco nos permitiu conhecer. A pesquisa institucional, que buscou averiguar as condições de trabalho dos fumicultores, possibilitou aos pesquisados momentos de fala, que, inevitavelmente, eram mais extensos do que as opções de respostas estabelecidas pelo questionário aplicado.

A cada visita percebíamos que, para os entrevistados, aquele era um dos raros momentos em que as suas opiniões sobre questões que interferem diretamente em suas vidas poderiam ser ouvidas. Algumas falas eram recorrentes em seus discursos, mostrando indícios de que existem crenças e necessidades comuns que vão de encontro com algumas políticas relacionadas ao trabalho na plantação, muitas destas não sendo vistas como positivas pelos fumicultores.

Com relação aos objetivos da pesquisa – analisar a lavoura de tabaco pela perspectiva do desenvolvimento sustentável – a conclusão indica claramente a existência de contradições típicas do nível atual do sistema capitalista (Comte-Sponville, 2005). Analisando pelo lado econômico,

percebe-se, em geral, uma situação adequada de prosperidade nos locais em que o cultivo é mais antigo, como na região de Santa Cruz, motivado pelo conhecimento dos agricultores. Isso é percebido nas moradias, propriedades e veículos destas pessoas. Por lá, o tabaco proporciona um modo de vida digno financeiramente. Como, entretanto, a economia é uma técnica de essência amoral, é preciso enxergar outras dimensões morais para interpretar a realidade (Comte-Sponville, 2005).

Ao analisarmos o lado social e, principalmente, ambiental, começamos a perceber contradições inerentes a este tipo de produção. Problemas de saúde, dificuldades no ensino das crianças, falta de lazer, rotina de trabalho pesada e desmatamento, são alguns dos itens que compõem o pacote de dificuldades imposto aos plantadores de tabaco.

Fazendo uma reflexão mais profunda a partir do discurso dos trabalhadores sobre a falta de opções seguras de renda que não sejam o tabaco, enxergamos uma contradição que, em princípio, nunca será resolvida enquanto o sistema econômico continuar sendo este, um sistema de essência amoral que coloca critérios técnicos de eficiência na frente da ética (Comte-Sponville, 2005). Se considerarmos que a grande maioria dos entrevistados afirmou que se tivessem outra opção com a mesma renda não plantariam tabaco, temos uma noção da dimensão do problema social que representa este contingente de mais de um milhão de pessoas.

Referências

AFUBRA. Associação dos fumicultores do Brasil. *Dados sobre a estrutura familiar dos plantadores de tabaco*. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&u_id=1&i_id=1&menus_site_id=16>. Acesso em: 19 jun. 2010.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Seade, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.

AGOSTINETTO, D. et al. Utilização de equipamentos de proteção individual e intoxicações por agrotóxicos entre fumicultores do município de Pelotas – RS. *Pesticidas: R. Ecotoxicologia e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 8, p. 45-56, 1998.

ALMEIDA, J. A.; SOARES, D. M. Análise das variáveis sociais na questão do uso dos agrotóxicos: o caso da fumicultura. *Ciência & Ambiente*, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 85-104, 1992.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO 2009. Santa Cruz do Sul: Grupo Gazeta de Comunicações, 2009.

BOEIRA, S. L. *Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica*. Itajaí: Editora Univali, 2002. 476 p.

CANAL RURAL. Ministério Público denuncia trabalho infantil nas lavouras de tabaco da Região Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/canal-rural/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&action=noticias&cid=2019297§ion=noticias>>. Acesso em: 20 maio 2011.

COMTE-SPONSVILLE, A. *O capitalismo é moral?* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSTA, J. B. *Deixar de fumar*. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 1996.

DESER. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Ministério Público do Trabalho intervém nas ações da fumicultura no Paraná. *Boletim do Deser, Conjuntura Agrícola*, n. 134, dez. 2003.

DIAS, R. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ERDMANN, C. A.; PINHEIRO, S. *Special Communication: Pesticides used on Tobacco crops in Southern Brazil*. Berkley, California, Division of Public Health Biology and Epidemiology, School of Public Health, University of California, 1998.

ETGES, B. I. *Pequenas Agroindústrias familiares de conservas e compotas: estudo de casos*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2000.

FIALHO, R. R. *Os sentidos produzidos pelos agricultores e agricultoras familiares da cultura do fumo em relação ao trabalho*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2000.

- FALK, J. W. et al. *Suicídio e doença mental em Venâncio Aires – RS: consequência do uso de agrotóxicos organofosforados?* Relatório Preliminar de Pesquisa. Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996. SIM
- FREEMAN, R. *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Boston: Pitman, 1984.
- FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.
- LAPLATINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- GALASINSKI D.; KOZŁOWSKA, O. Questionnaires and Lived Experience: Strategies of Coping With the Quantitative Frame. *Qualitative Inquiry*, 16, 2010.
- GEDIEL, Ana Luisa Borba. *Multifuncionalidade do rural: o uso de atividades agropecuárias e de espaços rurais para práticas terapêuticas*. 2006. 129f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, n. 7, 1997.
- HALL, J. Environmental supply chain innovation. In: SARKIS, J. (Org.). *Greening the Supply Chain*, springer, n. 13(1), p. 233-250, 2006.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HENRIQUES, I.; SADORSKY, P. The determinants of an environmentally responsive firm: an empirical approach. *Journal of Environmental Economics and Management*, 30, p. 381-395, 1996. OK
- MICHELET, Jules. *O povo*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 231p.
- NOBRE, Carlos. Mudanças climáticas globais: possíveis impactos nos ecossistemas do país. *Parcerias Estratégicas*, n. 12, 2001..
- PONGRATZ, H. Cultural Tradition and Social Change in Agriculture. *Sociologia Ruralis*, vol. XXX-1, 1990.
- RAPLEY, Tim. Interviews. In: SEAL, O. et al. *Qualitative Research Practice*. Londres: Thousand Oaks; Nova Delhi: Sage Publications, 2004. p. 11-34.
- RAMBAUD, P. *Société rurale et urbanisation*. Paris: Seuil, 1969. OK

RIBEIRO, M. *Educação básica do campo: um desafio aos trabalhadores da Terra*. 2002. Disponível em: <www.ufrgs.br/tramse/perural/artigos/educacaodocampo.rtf>. Acesso em: 20 maio 2011.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

VOGT, O. P. *Fumicultura*. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 1994.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.